**O INSTITUCIONALISMO DE VEBLEN E O DESENVOLVIMENTO:
“HISTORY AS A BLIND DRIFT” (VEBLEN), ENABLING MYTHS (DUGGER) E
A CAUSAÇÃO CIRCULAR (MYRDAL)**

Octavio Augusto Camargo Conceição ¹

RESUMO: Esse artigo se propõe a discutir sucintamente o legado da contribuição de Veblen na constituição do Institucionalismo Original. Daí se estabeleceu importantes diálogos com as noções de desenvolvimento econômico que tomaram forma ao longo do século XX. Discutiremos as noções de evolução histórica, mitos autorizados e causação circular cumulativa.

ABSTRACT: This article briefly analyzes Veblen's contribution to Original Institutionalism and its dialogue with 20th-century economic development concepts. We address historical evolution, enabling myths, and cumulative circular causation.

Palavra-chave: Instituições, Economia Institucional, Desenvolvimento Econômico

Keywords: Institutions, Institutional Economics, Economic Development

JEL: B15; B25; B52.

ÁREA 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

Conceber a noção de “desenvolvimento econômico” a partir da abordagem da Economia Institucional Original (EIO) implica necessariamente retomar os escritos de Thorstein Veblen e como a noção evolucionária por ele percebida, se materializaria nos avanços subsequentes ao longo do século XX. Como explicitado em seus principais escritos, bem como na contribuição Commons e Mitchell, que também se preocuparam

---

¹ Professor Titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de PósGraduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: octavio@ufrgs.br.

com essa questão, a noção de “desenvolvimento” deveria estar associada à ideia de processo, cumulatividade, interação indivíduo-estrutura, e mudanças institucionais.

Isso ocorre porque diferentes sociedades percorrem diferentes trajetórias de transformação em suas instituições, que por sua vez moldam as (também diferentes) condições materiais de vida da sociedade. Entende-se, portanto, que as instituições importam: elas constituem o elo entre a ação individual e o advento dos mecanismos da ação coletiva, que conformam a estrutura social, política e econômica de uma nação.

As diferentes dimensões teóricas sobre crescimento e desenvolvimento econômico sempre estiveram presentes no campo da história do pensamento econômico. Historicamente, esse embate tem sido travado entre o campo teórico genericamente designado de “ortodoxia” e o campo assinalado pela “heterodoxia”. Em geral, os economistas heterodoxos criticam as simplificações dos modelos neoclássicos e destacam a importância de considerar a complexidade dos fatos históricos e das instituições sociais e políticas no processo de desenvolvimento. Neste aspecto, enfatizam desde a incorporação das mudanças e inovações tecnológicas, análises centradas na mudança dos padrões monetários e financeiros, e nas mudanças que afetam o desempenho industrial. Em diferentes ambientes teóricos, tais relações definem distintos regimes de crescimento das economias nacionais. As Escolas que trataram mais especificamente dessas questões abrangem um amplo leque teórico, incluindo desde Neoschumpeterianos, até Póskeynesianos e Marxistas.

Por sua vez, a ortodoxia tem se dedicado a estudar o tema através de modelos de crescimento que incorporam questões como acumulação de capital, avanço tecnológico, especialização industrial e eficiência alocativa. Tal abordagem enfatiza a importância das políticas macroeconômicas como a estabilidade monetária e fiscal, políticas de livre comércio, intervenção mínima do Estado e abertura ao investimento estrangeiro, comercial e financeiro, como impulsionadores do progresso econômico. Desde o modelo seminal de Solow (1956), tem sido elaborada uma profusão de modelos de crescimento neoclássicos, Novos Clássicos, e de crescimento endógeno de longo prazo.

Tais visões, apesar de bastante diferentes, reconhecem (de maneira mais ou menos implícita) que há conexões entre desenvolvimento (crescimento) econômico e o ambiente institucional. Todavia, a proposta da teoria do desenvolvimento econômico da EIO

(Economia Institucional Original) não é apenas estabelecer conexões entre ambas, mas sim propor uma análise evolucionária do processo, enfatizando que as instituições desempenham um papel crucial na formação do comportamento social e na determinação dos resultados econômicos.

Vários autores trataram da relação entre instituições e desenvolvimento econômico no passado recente (como Gunnar Myrdal, James Street, Clarence Ayres, John Kenneth Galbraith, Geoffrey Hodgson e outros), mas procuraremos identificar quais pontos são centrais dentro dessa agenda de pesquisa. Embora não se trate desse debate no âmbito do Brasil, entendemos que vários pensadores brasileiros comungam com essa perspectiva teórica (como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Caio Prado Jr e Celso Furtado, para ficar apenas nesses). É da agenda institucionalista original que trataremos sucintamente nesse texto.

1. A ORIGINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO DE THORSTEIN VEBLEN

A partir do final do século XIX, os escritos de Veblen já alertavam para a limitação da análise convencional em incorporar elementos estruturantes de uma “nova” economia, ou pelo menos, de uma “nova concepção da economia”. Tais elementos só seriam possíveis de ser incorporados analiticamente se fossem considerados os indivíduos, seus instintos, hábitos e interações sociais. Isso inclui suas idiossincrasias e complexidades comportamentais, um debate que estava bem além da limitada polaridade entre “dor e prazer” expressa em curvas de indiferença e no cálculo racional maximizador que caracterizava o cerne da teoria econômica neoclássica à época.

Veblen chamou a atenção para as peculiaridades do comportamento humano para além do *homo economicus* em seu ensaio de 1898 “*Why is Economics not an Evolutionary Science?*”. Esse artigo contempla os contornos teóricos da abordagem evolucionária do autor, a partir dos quais, ao longo de sua carreira, elaborou uma série de outros conceitos seminais como por exemplo consumo conspicuo, emulação, instintos, hábitos, instituições, mudança social e interesses constituídos (*vested interests*).

Veblen enfatizou que o papel dos indivíduos na definição das trajetórias históricas do desenvolvimento das nações foi negligenciado pela visão tradicional – que, num artigo

publicado por ele em 1900, denominou de “neoclássica”. Portanto foi a partir desses pontos que ele - mesmo sem conceber uma “teoria do desenvolvimento” propriamente dita - apontou um caminho epistemológico para a proposição de premissas acerca do tema tendo por base uma perspectiva evolucionária. Apesar da negligência da análise econômica convencional aos aspectos salientados por Veblen, várias abordagens críticas à ortodoxia promoveram uma gradual incorporação de suas proposições ao longo do tempo.

1.1. INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES NA AGENDA DO INSTITUCIONALISMO ORIGINAL

Para Frank Knight: *‘Economic theory takes all economic individuals in an organization as data, not subject to “influence,” and assumes that they view each other in the same way.’ For him, the idea of the individual with given preferences was of limited use only.* (KNIGHT, 1935, p. 283 *apud* HODGSON, 2004, p. 329).

Tal alerta comunga com a perspectiva institucionalista. Ou seja, a amplitude do termo instituição parece aplicar-se a todas as análises econômicas, quer de natureza ortodoxa, quanto heterodoxa, e em quase todas as áreas do conhecimento nas ciências sociais. A tradição sociológica do século XX empregou-a sob diversos aspectos, enfatizando-a ora como elemento central da superestrutura, como a categoriza Karl Marx, ora como conexão entre estrutura e indivíduo, como o sugere Max Weber, e também como elemento emergente da ação individual, como preconizava Émile Durkheim.

Apesar de todos os mencionados pensadores terem sempre presente em suas análises o nexo estrutural que envolve as relações entre os indivíduos (de maneira mais ou menos direta), essa conexão revela um amplo debate teórico sobre como se processam estas relações. Embora esses autores não possam ser designados de “institucionalistas”, nem de formuladores dos princípios básicos da referida linha de pensamento, eles não podem ser adequadamente compreendidos sem o estabelecimento do referido vínculo entre indivíduo-estrutura.

Como será visto mais adiante, o que caracteriza o institucionalismo não é o fato de se utilizar o termo instituições, mas percebê-las como resultante da interação entre os indivíduos e a estrutura social, que os formam e que é deles oriunda. O pioneiro do campo

de conhecimento em Economia Institucional foi Thorstein Veblen. Nascido em 1857 e falecido em 1929, Veblen era economista e sociólogo, formado em filosofia, americano, filho de noruegueses, tendo publicado, no final do século XIX, “A Teoria da Classe Ociosa” (*The Theory of the Leisure Class*, 1899), precedido por seu ensaio *Why is economics not an evolutionary science?* (1898A), e seguido, dentre outras obras, por *The Theory of Business Enterprise* (1904) e *The Instinct of Workmanship and the State of the Industrial Arts* (1914).

A revista *Journal of Economic Issues* da *Association for Evolutionary Economics* tem sido, nos últimos anos, a grande difusora do pensamento institucionalista. Nesse âmbito, Veblen é considerado um autor central, vinculado tanto à filosofia pragmatista de Charles Sanders Peirce², quanto à psicologia comportamental de William James. Além disso, é também o precursor do evolucionismo de Charles Darwin. Tais influências filosóficas explicitam a amplitude, complexidade e originalidade do seu pensamento. No presente artigo procurar-se-á enfatizar o legado institucionalista original e sua interface em vários aspectos da vida econômica. Em especial, reitera-se a relevância do evolucionismo na formação do institucionalismo.

Vários artigos dentro da tradição institucionalista têm tratado de sistematizar a natureza do respectivo pensamento (HAMILTON, 1919; COMMONS, 1931; SAMUELS, 1995; HODGSON, 1993, 1998, 2000). Tais inserções constituem-se em tentativas de avançar no campo analítico da Economia Institucional, sob um enfoque diferente da Nova Economia Institucional (NEI). Em nossa perspectiva, Hodgson é um dos autores que mais avançou no sentido de estabelecer um diálogo entre os escritos de Veblen do início do século XX com os avanços recentes da economia evolucionária, que se consolidou após o trabalho pioneiro de Richard Nelson e Sidney Winter de 1982.

---

² O pragmatismo é um pensamento filosófico criado, no fim do século XIX, pelo filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), pelo psicólogo William James (1844-1910) e pelo jurista Oliver Wendell Holmes Jr (1841-1935). Tal pensamento enfatizava o valor prático como critério da verdade. O pragmatismo centrava-se no comportamento prático, pragmático, enquanto aproximação do critério realista. Sob essa ótica, o valor prático constituiria o melhor critério de aproximação da verdade. ³ Para Walton Hamilton; “*It is not the place of economics to pass judgments upon practical proposals.*” (Hamilton, 1919, p. 313 *apud* Hodgson, 2000, p. 317).

O termo *Institutional Economics* (IE) foi originalmente empregado por Walton Hamilton em seu artigo clássico de 1919. Para ele, tal noção poderia “unificar” a ciência econômica, através da sua articulação entre as partes e o todo. Neste sentido advertia que a IE não poderia assumir um caráter prescritivo em termos de proposições econômicas³.

Daí sua preocupação com a “unificação” teórica, que se constituiria na base para a política (propositiva). Ou seja, as proposições deveriam estar assentadas em uma teoria econômica institucional, que, por definição, relaciona instituições e indivíduos, na forma do “comportamento humano”. Isto constituiria o legado original do institucionalismo³.

Este é o ponto de discórdia de Veblen - e do institucionalismo dele decorrente - em relação ao neoclassicismo. Para esta escola, os indivíduos são exógenos, as preferências são dadas e o comportamento é unicamente otimizador, o que afasta qualquer interação social de importância teórica – esse foi o ponto que levou Veblen a escrever *Why is economics not an evolutionary science?*. Faltava a esta “teoria”, oriunda da hegemonia neoclássica, a inclusão de indivíduos e suas idiossincrasias, o que se daria com a inclusão das instituições, enquanto resultado das ações interativas entre os homens. Tal lacuna seria, na visão de Veblen e de Hamilton, preenchida pela constituição de uma teoria econômica das instituições, que, segundo este último, esquematicamente, deveria contemplar cinco pontos fundamentais, assim resumidos: embora os institucionalistas estejam interessados em assegurar a suas teorias um caráter prático relevante, o institucionalismo não é definido em termos de propostas políticas; há um intenso uso de idéias e de dados oriundos da interação com outras disciplinas sociais e humanas (como a sociologia, a psicologia e antropologia), de forma a desenvolver uma análise mais rica da relação instituições e comportamento humano; como as instituições são um elemento-chave da economia, os economistas devem estudá-las e seus processos de conservação, inovação e mudança; a economia se constitui em um processo aberto e em evolução, inserida em um meio ambiente, que é afetado pelas mudanças tecnológicas, que operam inseridas (*embedded*) em um amplo conjunto de relações sociais, políticas, culturais e de poder; o indivíduo não pode ser visto como “agente racionalmaximizador”, mas é influenciado cultural e socialmente, afetando e sendo afetado pelas instituições, via

---

³ Segundo Hamilton (1919, apud Hodgson, 2000, 317): *The proper subject-matter of economic theory is institutions ... Economic theory is concerned with matters of process .... Economic theory must be based upon an acceptable theory of human behavior.*

mecanismo de “*reconstitutive downward causation*”, posteriormente alterado para *effects* (HODGSON, 2000, p. 318).

Os pontos mais controversos entre os velhos e novos institucionalistas são o primeiro e o último. O primeiro por suscitar rejeição de alguns institucionalistas, principalmente os mais ligados à NEI (Nova Economia Institucional). Já o último ponto seria o mais ligado à visão predominante na OIE (*Original Institutional Economics*). Os pontos intermediários sugerem certo consenso entre as várias correntes institucionalistas. O que se pode concluir é que estes pontos congregam o *hard core* da agenda de pesquisa institucionalista, que vem se consolidando e avançando nos últimos anos.

Esses pontos contrastam com a visão preliminar da NEI, que sugeriam que as instituições seriam como instrumentos de “eficiência” e “equilíbrio ótimo”. Em nossa ótica e na de autores apontados, não há otimalidade no ambiente institucional (MATTHEWS, 1986; NORTH, 2005; NELSON, 1995; HODGSON, 1998).

Nesse sentido, propor medidas que “garantam” eficiência seria algo teleológico, finalístico, previsível, em um ambiente permeado de incertezas, variações e possíveis mutações, que, por isso mesmo, descortinam perspectivas inusitadas e imprevisíveis. Daí a temeridade das convicções que possam levar a objetivos específicos e “teoricamente” exequíveis. Isto não implica abandonar a construção de uma “teoria econômica das instituições”, mas, pelo contrário, significa tê-la como algo não teleológico, não finalístico e que não necessariamente leve a trajetórias ótimas ou mais eficientes⁴.

Portanto, construir ou propor instituições “ideais”, como garantia de um avanço econômico e social, é meta por demais hipotética e alheia à agenda de pesquisa institucional. Não lhe cabe desenhar o futuro, senão compreender as formas de evolução que asseguraram seu funcionamento até o presente, para tecer, a partir daí possíveis correções de rumo para se alcançar algumas metas, mas sob incerteza.

Assim, a agenda de pesquisa institucionalista contém uma reflexão sobre a relação entre os indivíduos, suas interações e difusão comportamental no ambiente social, que permitem a formação e disseminação de determinados arranjos e conformações

---

⁴ A noção de *lock-in* de Brian Arthur avança nesse mesmo sentido.

institucionais, nem sempre previsíveis e passíveis de classificação como mais ou menos adequados, eficientes ou duradouros. O processo que decorrerá destas mediações ou interações é quem explicará os êxitos ou fracassos das diferentes trajetórias escolhidas ou seguidas. Em outros termos, o que se quer argumentar é que não existe, dentro da agenda de pesquisa institucionalista, elementos que induzam o sistema a alcançar maiores e mais duradouros resultados. O ambiente de incerteza e o caráter não-ergódico da evolução da própria sociedade - trajetória esta marcada por antagonismos, disputas, conflitos e até mesmo regularidades sistêmicas – impede soluções racionais ou eficientes, oriundas do correto (ou incorreto) uso da teoria. O avanço do próprio processo é quem cria ou destrói alternativas em curso. Veblen explicitou este argumento ao caracterizar a história como “*blind drift*” (Dugger, 1988; Veblen 1898), ou, segundo Nelson, como “cegueira do processo evolucionário” (1995).

Nesse sentido, entende-se que há uma dessintonia entre a visão dos seguidores de Veblen e a tradição teórica oriunda da NEI⁵, vigente no início dos anos 90. Enquanto a versão preliminar da NEI assentava-se na proposição de medidas definidoras de um padrão de eficiência construído a partir das regras formais, na proposição de Veblen tal finalidade não pode advir de uma proposição teórica abstrata e desenraizada historicamente.

Partindo das proposições originárias de Hamilton, a economia deve ser vista como sistema aberto, o que a atrela a uma perspectiva evolucionária e não previsível. Embora haja correntes institucionalistas favoráveis a proposições “normativas”, vários outros, mais próximos ao evolucionismo vebleniano, desconectam esta possibilidade. Tal ponto, porém, não é pacífico, nem consensual⁶.

---

⁵ Entende-se, contudo, que recentemente tais divergências têm diminuído, principalmente por aceitação dos princípios de não-ergodicidade do ambiente institucional (North, 2005), que tem afastado o institucionalismo de prognósticos de eficiência e otimalidade, em favor de mutações imprevisíveis e oriundas da forma de articulação dos arranjos institucionais que lhe conferem especificidades, assincronias e imprevisibilidade, por definição.

⁶ Hodgson (2000, p.319) enfatiza que: *In the wider world, economics is often perceived and judged in terms of its policy prescriptions, Economics claims to be a science, but policy issues appear everywhere. Even those who adhere to the notion of a “value-free” economic science are often the same people who are keen to pronounce policies. (op. cit., p. 319).*

Em outros termos, o institucionalismo não pode ser definido simplesmente pela posição pró-planejamento ou pró-mercado, nem em termos de maior igualdade ou de riqueza. Não é o monopólio de sentimentos igualitários que o caracteriza. Também não haveria no neoclassicismo nada que leve a conclusões favoráveis à desigualdade. O problema do neoclassicismo é estar baseado em indivíduos dados. Falta-lhes uma teoria de como funcionam os mercados, o que o torna cego neste ponto, razão pela qual fica difícil definir uma posição pró ou anti-mercado. Portanto, o critério mais razoável à análise econômica (negligenciada pelo *mainstream*) deveria ser, antes de posicionar-se sobre “o que deve ser”, tentar responder “o que é”.

Nesse sentido, pode-se concluir que o que caracteriza o institucionalismo mais apropriadamente são nos itens intermediários, que podem ser agrupados nos critérios de interdisciplinaridade, sistemas abertos e evolução. O que o velho institucionalismo defende é a importância das instituições na vida econômica, no sentido de compreender seu papel e como evoluem, fato este negligenciado no século XX, principalmente no período 1940 a 1975. A assunção da NEI reincorporou as instituições, mas, como se verá, em uma roupagem “neoclassizada”. Ou seja, as instituições passaram a ser compreendidas como resultado de regras formais e informais, que estabeleceram decisões tomadas pelos agentes maximizadores de forma “racional”, ainda que “limitada”. Estabeleceu-se daí outro corte analítico de instituição em um ambiente teórico diferente do OIE.

A incorporação do legado “evolucionário” deu-se através da concepção de que o “processo de transformação estrutural”, as “propriedades de emergência” e a noção de “mudança”, constituem pontos fundamentais da referida análise. Estes três elementos foram omitidos da linguagem teórica do *mainstream* ao longo de todo o século XX. Apenas nos últimos dois decênios do referido século houve algum esforço analítico para incorporá-lo, principalmente no campo próximo à NEI. Neste sentido, embora essas quatro características sejam importantes, elas são insuficientes para caracterizar o institucionalismo. O que então completaria tal quadro analítico? A resposta segue no próximo item, que exige um contraponto entre a NEI e institucionalismo original de Veblen.

2. O PROJETO TEÓRICO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL *VIS-À-VIS* A CONCEPÇÃO DE VEBLEN

O projeto teórico da NEI é bastante amplo e comunga com alguns aspectos do velho institucionalismo, mas também discorda e afasta-se dele em vários outros pontos. O que os aproxima é a essência das instituições como mencionado anteriormente, principalmente nos itens intermediários entre o primeiro e o último (conforme visto na proposição do item anterior).

O que os distingue é uma série de aspectos a respeito da “normatividade” das orientações a respeito do “adequado funcionamento da economia”, a força punitiva e indutora das regras formais e informais; e a certificação ou garantia de eficiência ao desenho institucional proposto⁷. Tal proposição tem sido desconsiderada em muitos aspectos pela visão da NEI, embora, mais recentemente, ela tenha sido reiterada e incorporada em seu pensamento, como veremos na sequência. Quem mais desenvolveu avanços nesse sentido foram os estudos de Douglass North (1993, 2005, 2015), que se pautaram em proposições derivadas dos “modelos mentais compartilhados”.

Quando a NEI surgiu, no final dos anos 70, seu projeto de pesquisa visava explicar as instituições sociais, políticas e legais, tendo como referência um comportamento dado dos indivíduos, mas explicitando os efeitos oriundos da interação social, como oportunismo, racionalidade limitada e imperfeições dos mercados. Não havia nesta visão uma “teoria” sobre como se processava a evolução das instituições, mas como o ambiente se transformava a partir de um estado inicial de *institutional-free state of nature*, que se complexificava na medida em que surgiam e cresciam os custos de transação. Assim, indivíduos agiam a partir de regras de comportamento que disciplinavam a vida social e as instituições, constituindo as regras formais e informais (vide definição de North 1993).

Por exemplo, a tentativa de explicar a origem das instituições através da teoria dos jogos é a presunção de existência de certas regras já no início dos jogos, bem como

---

⁷ Esta proposição contrasta com a afirmativa feita por Hamilton em 1919 (apud Hodgson, 2000, p. 317), segundo a qual: “...neo-classical economics ...neglected the influence of exercised over conduct by the scheme of institutions... Where it fails, institutionalism must strive for success... it must discern in the variety of institutional situations impinging upon individuals the chief source of differences in the content of their behavior [1919,318].”

de *pay offs* pré-determinados. A crítica à ideia de Williamson, segundo a qual “*in the beginning there were markets*” (Hodgson, 2000 *apud* Williamson, 1975, p. 20), parte do pressuposto que os indivíduos, face à necessidade de reduzir custos de transação, passam a criar regras e hierarquias, supondo um ambiente de mercado originariamente “*institution-free*”, o que se contradiz com a própria noção de mercado como instituição. Da mesma forma, tanto a propriedade privada, quanto a linguagem são instituições que se formaram pela interação social dos indivíduos de maneira cultural, estabelecendo costumes, normas e padrões de comportamento. Ou seja, não partem de uma situação “*institution-free*”, nem apenas de regras.

Como o desenvolvimento das instituições depende minimamente de comunicação e de informações oriundas das interações entre os indivíduos, e estas pressupõem uma série de convenções, regras, padrões de comportamento, normas, etc., surge daí um problema para a NEI. Isto porque, mesmo partindo de “indivíduos dados”, não é aceitável partir-se de *institution-free*⁸. Assim, as instituições historicamente específicas deveriam ter um início, a partir do qual iriam sendo reformuladas, através de um processo de evolução institucional, e interagindo com outras instituições. Isto é bastante diferente de partir de hipotéticas *institution-free* “*state of nature.*”

Mesmo reconhecendo o importante papel da NEI, há falhas na concepção do ponto de partida das instituições, na forma como as instituições “emergem”, e falta-lhes uma “teoria de processo” do desenvolvimento e do aprendizado. Em outros termos, faltalhes uma perspectiva de análise evolucionária. Tal omissão é superada na medida em que se incorpora à análise institucionalista os fundamentos veblenianos originais, que, em nossa visão, sustentam, teórica e metodologicamente, a respectiva linha de pensamento. É o que discutiremos no próximo item.

---

⁸ Segundo Hodgson (2007), Tryge Haavelmo, em *lecture* proferida quando do recebimento do Nobel em 1989, afirma: “*existing economic theories are not good enough. We start by studying the behavior of the individual under various conditions of choice. We then try to construct a model of the economic society in its totality by a so-called process of aggregation. I now think this is actually beginning at the wrong end. Starting with some existing society, we could conceive of it as a structure of rules and regulations within which the members of society have to operate. Their responses to these rules as individuals obeying them, produce economic results that would characterize the society.*” (Haavelmo, 1997, *apud* Hodgson, 2007, p. 327).

3. O RENASCIMENTO DO INSTITUCIONALISMO DE VEBLEN

A “Economia Institucional Vebleniana” foi hegemônica nos EUA no período entre-guerras, após o qual ela declinou e fragmentou-se, desaparecendo quase completamente do debate econômico, principalmente no campo do *mainstream*. Nos anos 90, institucionalismo e evolucionismo – talvez pelos avanços suscitados pela agenda neoschumpeteriana, que redefiniu o próprio evolucionismo – reemergiram de maneira generalizada e em várias frentes, tanto no âmbito da NEI, nos trabalhos de (North 1991; 1994; Schotter 1981; Williamson 1975; 2000), quanto na vertente derivada dos trabalhos de Richard Nelson e Sidney Winter (1982), que reconheceram a importância de Veblen (Nelson 1995, Hodgson, 1998).

Os avanços oriundos deste (re)descobrimto originaram-se de várias frentes: do desenvolvimento dos conceitos-chave da NEI; do desenvolvimento de alguns pontos antes omitidos pelo *mainstream*; da revisão de ideias acerca do “agente humano” e da racionalidade; da reemergência das preferências endógenas; do reconhecimento da racionalidade limitada; e do programa de pesquisa baseado no comportamento humano. A novidade trazida à tona por esta nova agenda de pesquisa é que estes pontos dialogam com a perspectiva analítica oriunda de Veblen. A nosso ver, quatro pontos caracterizam a agenda institucionalismo e sua relação com o processo de desenvolvimento econômico: a noção de indivíduo, o papel da cultura, as preferências endógenas e os mecanismos de *upward e downward effects*.

3.1 O PAPEL DOS INDIVÍDUOS NO OIE

Como já salientado, um elemento comum na tradição de velho institucionalismo, que se originou em Veblen, a partir de Escola Histórica Alemã, e atravessou todo o século XX, passando inclusive por Galbraith (1959 *apud* Hodgson, 2000), é a noção de que o indivíduo não é dado, suas preferências importam e o caráter maximizador não é capaz torná-lo homogêneo. Portanto, é isto que distingue o velho institucionalismo do *mainstream* neoclássico e da NEI, pois para estas duas últimas correntes o indivíduo é dado, e suas funções de preferências também o são.

Douglass North vem, desde pelo menos os anos 2000, afastando-se destas posições, assumindo importantes pontos de convergência com o institucionalismo

original, embora não o explicita textualmente em suas obras. Em seu livro de 2005, e já em seus escritos dos anos 90, o conceito de “*shared mental model*” denota uma clara concepção do papel dos indivíduos na mudança institucional (*vide* nota de rodapé 6).

Tal ponto comunga com as ideias centrais de Veblen, embora este se centre no conceito de “hábito” como uma de suas noções mais fundamentais. São os hábitos que definem os comportamentos e estratégias dos indivíduos, que emergem no plano coletivo, formando as instituições, que os reforçam ou reformulam. O processo de habituação interage com várias formas de disseminação de padrões de comportamento e de cultura, que formam os ambientes de interação.

Dentre elas cabe referir, pela sua relevância, o papel da propaganda no processo de habituação que se constitui em uma das mais importantes fontes de generalização dos hábitos dos indivíduos. Galbraith sempre teve preocupação com estes aspectos, principalmente em *The New Industrial State*⁹. Esta ideia contempla o institucionalismo como um todo, distinguindo-o do *mainstream* e da NEI, onde, como já se viu, há certa negligência no tratamento das preferências individuais. Ali elas são tratadas como decorrentes das regras ou da forma de transação, cuja minimização é mais importante do que sua habituação¹⁰.

Embora Veblen criticasse os economistas clássicos e neoclássicos por essa omissão, muitos institucionalistas, principalmente na tradição americana herdeira de Commons, viam complementariedade entre ambos. Entre estes estão John Commons, Wesley Mitchell, J. M. Clark, Paul Douglas e Arthur F. Burns. Esse ponto levou Hodgson

---

⁹ Segundo Hodgson (2000, p. 325): “*The idea that individual tastes are not given, but are shaped by institutional circumstances and by particular influences such as advertising, is a major theme in the writings of Galbraith. For instance, in the New Industrial State, Galbraith [1969, 152] insisted that individual “wants can be synthesized by advertising of the persuaders. (...) His analysis puts particular emphasis on the effects of advertising on individual wants. This is one version of the core institutionalist story. More generally, institutionalists recognize the potential influence of many institutions on individual habits, conceptions, and preferences.*”

¹⁰ Complementando tem-se que: “*Instead of a bedrock of given individuals, presumed by the mainstream and new institutional economics, the old institutionalism holds to the idea of interactive and partially malleable agents, mutually entwined in a web of partially durable and self-reinforcing institutions.*” (Hodgson, 2000, p. 325).

a argumentar que a exclusão dos economistas neoclássicos do institucionalismo eliminaria estes autores dos cânones institucionalistas¹¹.

3.2 A INFLUÊNCIA DE AYRES NA INTERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E CULTURA

Ao aprofundar as noções do velho institucionalismo, é necessário remover algumas incompreensões e refutações. A crítica mais frequente de que os gostos e referências são moldadas pelas circunstâncias, levando ao que Hodgson designa de “determinismo estrutural ou cultural”, transformando o indivíduo em uma espécie de marionete de circunstâncias sociais e culturais.

Alguns institucionalistas assumem tal visão, tal como Clarence Ayres, ao afirmar que “*there is no such thing as an individual*” [Rutherford, 1994, p. 40-41, *apud* Hodgson, 2000, p. 326]. O problema em tal visão é ver a ordem social como primariamente “*top down*”, que tira do indivíduo qualquer autonomia em relação ao processo de decisão econômica, sendo esta atribuída unicamente às instituições. Noções como intencionalidade e decisão sob incerteza são negligenciadas ou simplesmente não aparecem nesta perspectiva. Tal visão Ayresiana foi proeminente até 1945, representando o institucionalismo como um todo (*op. cit.*, p. 326).

Veblen e Commons não sustentam esta visão. Para eles, principalmente o primeiro, as instituições são resultado do comportamento individual e da habituação, bem como de sua influência sobre os indivíduos¹². Ambas as citações explicitam tanto a dependência das instituições dos indivíduos, quanto o contrário. Elas moldam e são moldadas pelos indivíduos. Há tanto *upward* quanto *downward causation* (ou *effects*): os indivíduos criam e modificam as instituições, quanto as instituições moldam e restringem

---

¹¹ Segundo Hodgson, 2000, p. 325: “*But it shows that the complete exclusion of neoclassical economics from institutionalism would rule out Commons and others from the institutionalist canon.*”

¹² Seguindo Hodgson, duas citações de Veblen [1919, 243] e Commons [1965, 6-8] explicitam este argumento. Em Veblen (1919): “*The growth and mutations of the institutional fabric are an outcome of the conduct of the individual members of the group, since it is out of the experience of the individuals, through the habituation of individuals, that institutions arise; and it is in this same experience that these institutions act to direct and define the aims and end of conduct.*” Commons enfatiza: “*Social belief furnish the basis in the affections of each person which alone makes possible his responsiveness to the appeals of those with whom he must cooperate. The institution in which he finds himself is both the cause and effect of his beliefs. Common beliefs and desires are the vitalizing, active force within the institution.*”

a ação dos indivíduos. Daí que, o institucionalismo pressupõe um duplo movimento, o que invalida o “determinismo cultural e institucional” alegado por institucionalistas como Ayres, sustentado por Rutherford, como citado acima.

Segue-se daí uma importante controvérsia com outros institucionalistas fora do espectro evolucionário. É comum na citada revista JEI enfatizar aspectos próximos a Veblen, mas que omitem a interação com o evolucionismo. Dentre estes figuram Clarence Ayres, que ao definir a famosa “dicotomia vebleniana”, propõe umnexo entre tecnologia e instituições. Falta-lhe, porém, uma conexão com a noção de evolução e de mudanças institucionais. Na falta de uma “teoria evolucionária”, as mudanças estruturais e comportamentais são vistas como decorrentes do ambiente cultural, desconectado das próprias instituições.

Mesmo que esses pontos mereçam ser mais bem explorados analiticamente, o que se pode inferir é que a determinação do comportamento dos indivíduos, a partir da cultura, é mais complexa do que o sugerem análises de caráter mais superficial. Em termos metodológicos, Hodgson (2007, p. 336) enfatiza que o *approach* vebleniano adota uma ontologia social de disposições habituais e sistemas de regras institucionais, dentro de princípios evolucionários darwinianos, só que transmutados ao âmbito social. Isto está presente nos escritos de Veblen, embora autores dele derivados não destinem ênfase nesses aspectos. É o caso de institucionalistas como Wesley Mitchell, John R. Commons, John Maurice Clark e Clarence Ayres, os quais, apesar de serem simpáticos à obra vebleniana, negligenciam aspectos fundamentais em relação aos escritos originais do autor.

Tais preocupações também estão ausentes no *mainstream*. Preferências, gostos, hábitos e padrões de comportamento não são levados em conta. Para seus apologistas teóricos, basta-lhes uma “adequada” política econômica, que, de forma quase imediata, o comportamento dos agentes (suas preferências e expectativas) ajustam-se rapidamente, forjando, por inércia, novas trajetórias de crescimento (auto-sustentado). Para eles, equivocadamente, o papel dos indivíduos, suas incertezas e heterogeneidades ajustam-se automaticamente. Este ponto está presente nas análises derivadas da precipitada (e até mesmo incompreendida) incorporação da agenda de pesquisa da NEI, que vê o arranjo institucional como fruto de altos custos de transação.

A importância da inovação, central para o esboço de qualquer estratégia de crescimento, tanto na visão Neo-Schumpeteriana, quanto institucionalista, não assume importância alguma no pensamento ortodoxo, sendo supostamente derivada do próprio processo de crescimento, se houver.

O problema fundamental das análises que negligenciam a relação indivíduo-estrutura, ou interação macro-micro, é que, por omitirem o *reconstitutive downward causation (or effects)*, estão, por definição, impedidas de tratar do processo de evolução do desenvolvimento e do papel dos indivíduos nesta articulação. Assim, um fenômeno de dimensão complexa como este, que implica tratar simultaneamente questões amplas como educação, aprendizado, conhecimento tecnológico, hábitos de comportamento, estratégias empresariais, etc., ficam subordinadas a uma “adequada e compatível” política macroeconômica, nem sempre alinhadas com tais pressupostos.

O abandono das ideias institucionalistas originais gerou um grande prejuízo para o avanço da economia. Se assim não o fosse teríamos incorporado concepções sobre o papel dos indivíduos, o poder social e o aprendizado como elementos centrais à análise econômica. Daí estaríamos mais aptos a analisar questões relativas à mudança estrutural e ao desenvolvimento econômico. Mesmo “complicando” analiticamente a formalização teórica, teríamos o indivíduo como elemento central para o tratamento normativo do seu próprio *welfare*. E as necessidades humanas teriam mais elementos capazes de incorporá-las teoricamente. Poder, aprendizado e bem-estar sempre estiveram no centro do institucionalismo. Avançar nestas questões implicaria em constituir uma nova e aberta agenda para questões institucionais.

4. TRÊS NOÇÕES DERIVADAS DO INSTITUCIONALISMO DE VEBLEN:

ENABLING MYTHS, IMBECILE INSTITUTIONS E NAÏVE EMPIRICISM

Embora extraídos da análise Veblen, principalmente na obra clássica *The Theory of Leisure Class*, de 1899, os termos *enabling myths*, *imbecile institutions* e *naïve empiricism* não foram criados por Veblen, mas por seus seguidores. Na ordem Clarence Ayres, William Dugger e Gunnar Myrdal. Mesmo assim, tais termos revelam vigorosas aceções dos padrões desenvolvimento que sustentam as instituições, a partir dos hábitos e padrões de comportamento dos indivíduos, que sustentam as múltiplas, complexas e

interativas relações que formam e reforçam os referidos padrões de desenvolvimento. É nesse sentido que não vemos como dissociar as noções de desenvolvimento e de instituições.

Dugger (1988), principal referência do “Institucionalismo Radical”, reivindica sua filiação ao pensamento vebleniano, juntamente com a defesa do enfoque proposto por Clarence Ayres. Para ele, os elementos que compõem o “institucionalismo radical” são: a economia é um “processo” e não como uma posição convergente ao “equilíbrio”; a “irracionalidade socializada” que subjuga a solidariedade das classes exploradas; poder e status combinam-se com “mitos” e autoridade para sustentar a tirania; igualdade é essencial para uma boa vida; valores e ideologias sustentam-se; democracia participativa; transformações radicais são preferíveis à ajustamentos incrementais.

Partindo da constatação de que embora o institucionalismo não tenha se desenvolvido tanto quanto seu “primo”, o marxismo, ambos constituem teorias profundamente críticas ao capitalismo industrial. No entanto, enquanto os últimos apregoem uma visão histórica marcada pelo materialismo dialético (na medida em que o progresso se realiza dialeticamente), para Veblen, o processo histórico é um “*blind drift*”, caracterizado por certa opacidade e “absurdismo”. Não há, nesse sentido, qualquer perspectiva teleológica ou finalística, quanto a seu prospectivo desfecho.

Dugger enfatiza o caráter histórico do processo evolucionário como “*blind drift*”. Assim, a existência de um “paradigma processual” impede que haja qualquer explicação que leve o comportamento humano e a sociedade a uma posição benevolente ou otimizadora quanto ao futuro. É isso que Veblen chamou de “*opaque fact*”. A noção de “processo de mudança cumulativa”, desenvolvida por Myrdal, também partindo de Veblen, culmina na proposição de que o próprio “processo de subdesenvolvimento” deriva da cumulatividade de processos históricos que se sobrepõem. Daí, o quadro de devastação social, que dificilmente seria revertido por crenças em estratégias “racionalis”, otimizadores ou eficientes. Trata-se de um processo histórico dotado de certa “irracionalidade” comportamental. Esse conceito, reformulado por Gunnar Myrdal, produziu a noção de “causação circular cumulativa”, que também se aplicou no padrão de desenvolvimento latino-americano, dentro da tradição cepalina.

A noção de “racionalidade” (substantiva) enfatizada pelos neoclássicos é criticada pelos institucionalistas pelo fato de poder ser distorcida pela noção de “enabling myth”. Tais mitos distorcem o real e são manipulados pelos extratos superiores da sociedade. Eles consolidam seu poder sobre as classes sociais inferiores, e preservam seu caráter predatório sobre as classes subalternas. Segundo Dugger, há dois tipos de *enabling myth*: um culpa o destino pela existência da exploração na sociedade estratificada; outro culpa a vítima da exploração por ser explorada (Dugger, 1987a). Surge daí outro conceito central na abordagem de Veblen: o de “emulation”. Ela normalmente se associa ao *enabling myth*, fortalecendo a supremacia da classe ociosa.

A ideia de que a história não tem sentido algum, fora do significado do que os homens atribuem a ela, podem gerar sucessos ou fracassos ao longo do próprio processo, sem quaisquer desígnio inerente a ele atribuído de forma apriorística. Como ressalta Dugger, parodiando Veblen:

“History possessed no inherent design, divine or dialectic, outside of a sequence of opaque cause and effect. History had to be absurd, for now else could Veblen account for the “imbecile institutions” that surrounded him? This fundamentally existential orientation of Veblen is usually missed by most students because his call for an “evolutionary” economics throws them off the track into a futile search for a theory of progress in Veblen. Evolution, to Veblen, did not mean progress. It is an existential theory of the cumulative cause and effect of human action, of blind drift, not a teleological theory of progress, or direct improvement. (...) Darwin explained the evolution (existence) of different species in terms of cause and effect, not in terms of divine direction. Veblen tried to do the same thing for human institutions. (...) As already noted, his absurdist interpretation of history and of social process in general is probably the most difficult Veblenian concept to reconcile with Marxism. (Dugger, 1988, p. 12).

Karl Gunnar Myrdal (1898 – 1987) foi um famoso economista e sociólogo sueco. Recebeu em 1974 o *Nobel Memorial Prize in Economic Sciences*, que dividiu juntamente com Friedrich Hayek. Embora pertencendo a escolas diferentes, Myrdal foi reconhecido por seus trabalhos pioneiros sobre moeda e flutuações econômicas. Sua obra mais conhecida nos EUA foi “*An American Dilemma: The Negro Problem and Modern Democracy*”, publicada em 1954.

Ao longo de suas obras, Myrdal assume uma perspectiva institucionalista crescentemente explicitada. Seu conceito de “causação circular cumulativa” é

mencionado nas principais teorias de desenvolvimento econômico. Não raras vezes, Myrdal é tido como precursor das teorias de desenvolvimento, que culminam, não paradoxalmente, no próprio conceito de “subdesenvolvimento”. Qual seja, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é um fenômeno de natureza social, institucional e política, portanto, qualitativo, que, dificilmente, poderia ser superável por “racionalidades” estritamente econômicas.

Sobre esse ponto recai sua principal crítica às abordagens “convencionais” da teoria econômica. Isto porque elas não conseguem e não se ocupam em perceber o processo de desenvolvimento como além da “racionalidade utilitarista”, impulsionada pela busca do bem-estar do indivíduo, que geraria por agregação, bem-estar coletivo. Esse é o sentido que Myrdal atribui à teoria econômica convencional de uma “teoria econômica amoral”, como forma de “profissionalismo”. Segundo Myrdal (1978, p. 778):

“I thought I had finally disposed of the modern welfare theory some fifty years ago in a book from my early youth. In English it bears the title, ‘The Political Element in the Development of Economic Theory. There I demonstrated the superficiality and logical inconsistency of this welfare Theory, but it grows in conventional economics like a malignant tumor. Hundreds of books and articles on the topic are produced every year. But if that theory is not entirely meaningless, it has a meaning only in terms of a forlorn hedonistic psychology and utilitarian philosophy.”

Esse ponto explica a natureza do termo *naïve empiricism* assim explicado por Myrdal (*op.cit.*, p. 778):

In one sense, institutionalists are generally political economists in the great tradition that began in the eighteenth century. For all of us, so far as I know, economics is a “moral” science in Mill’s meaning of the term. While ordinary economists, like most other social scientists, now are what in the history of philosophy is known as “naïve empiricists”, having convinced themselves that they are simply dealing with observable facts, we institutionalists have all been involved in the problems of how to account for the role of human valuations in research.

Dessas observações esperamos ter contribuído para a explicitação de elementos relevantes, extraídos da agenda de pesquisa do institucionalismo original, para se avançar na constituição de teorias de desenvolvimento ocupadas com a complexa relação entre desenvolvimento-instituições. Essa conexão esteve sempre presente na visão dos institucionalistas apresentados sucintamente nesse artigo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como salientado nesse artigo, a abordagem vebleniana, apesar de muitas vezes subestimada e incompreendida, envolve uma série de pontos centrais a serem aprofundados e que deveriam avançar na definição de uma nova concepção de desenvolvimento econômico, centrada no comportamento cultural e comportamental dos indivíduos, seus hábitos e instintos. Isso permitiria uma compreensão ampliada do papel das instituições, da cultura e da tecnologia no referido processo, e na formulação das relações micro-macro, envolvendo interações entre agentes heterogêneos – ao invés de “agentes representativos” ou agregação de agentes similares – e enfocando as propriedades emergentes dessa interação no nível macroeconômico.

Esses pontos constituem potenciais de desenvolvimento da agenda vebleniana, os quais, antes de procurar ser uma exaustiva lista de pontos a serem pesquisados, revela uma mudança de enfoque a ser ampliada e fundamentada metodologicamente frente às proposições hipotéticas-dedutivas. Mudanças institucionais, vindas de cima para baixo, não são capazes de garantir crescimento, estabilidade e distribuição de renda, mas, pelo contrário, deveriam decorrer de uma articulação micro-macro, que estabelece os nexos entre indivíduos e estruturas sociais, conformando-as analiticamente. Tais proposições não podem se originar de utopias e idealizações acerca da previsibilidade do futuro, mas deveriam dialogar com o legado histórico dos países que as fizeram emergir.

REFERÊNCIAS

COMMONS, J. R.. Institutional Economics. **American Economic Review**. v. 21, n. 4, p. 648-657, 1931.

_____. **Institutional Economics**. Madison, University of Wisconsin Press, 1934.

DEQUECH, D.. The demarcation between the “old” and the “new” institutional economics: Recent complications. **Journal of Economic Issues**, v. 36, n. 2, p. 565-572, jun, 2002.

_____. “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, **Journal of Post Keynesian Economics**, 30(2): 279-302, 2008.

DUGGER, W.. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review of Radical Political Economics**, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

HAMILTON, Walton. The Institutional approach to Economic Theory. **American Economic Theory**, 9, Supplement, p. 309-18. 1919. [Publicado em SALLES et alli, 2017].

HODGSON, Geoffrey M. Institutional Economics: Surveying the ‘old’ and the ‘new’. **Metroeconomica**, v. 44, n.1, p. 1-28. 1993.

_____. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**. v. 36, n. 1, p. 166-192, mar, 1998A.

_____. On the evolution of Thorstein Veblen’s evolutionary economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998B.

_____. What is the essence of Institutional Economics, **Journal of Economic Issues**, vol. XXXIV, n°2, Jun, 317-329, 2000.

_____. **How Economics Forgot History**. London: Routledge, 2001.

_____. **The Evolution of Institutional Economics: Agency, structure and Darwinism in American Institutionalism**. Routledge, London. 559 p., 2004.

_____. What Are Institution? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, p. 1-25, 2006.

_____. The Revival of Veblenian Institutional Economics **Journal of Economic Issues**, v. XLI, n 2, Jun, 325-340, 2007.

_____. Evolutionary and Institutional Economics as the New Mainstream? **Evolutionary Institutional Economics Review**. 4 (1): 7-25, 2007.

_____. Institutional Economics into the Twenty-First Century. **Studi e Note di Economia**, Anno XIV, n. 1, 03-26. Gruppo Montepaschi, 2009.

LAWSON, T.. “The Nature of Institutional Economics,” **Evolutionary and Institutional Economics Review** 2. 1: 7-20. 26, 2005.

LAWSON, T.. “The nature of heterodox economics,” **Cambridge Journal of Economics**, 30: 483-505, 2006.

MATTHEWS, R. C. O. The economics of institutions and the sources of growth. **Economic Journal**, 96: 903-918, December. 1986.

MITCHELL, W. C.. **Os Ciclos Econômicos e suas Causas**. São Paulo, Abril Cultural, (Os Economistas), 1984.

MYRDAL, G.. **Aspectos Políticos da Teoria Econômica**. São Paulo, Abril Cultural, (Os Economistas), 1984.

MYRDAL, Gunnar. Institutional Economics. **Journal of Economic Issues**, Vol. 12, No. 4 (Dec., 1978), pp. 771-783.

NELSON, R.; WINTER, S. G.. **An Evolutionary Theory of Economic Change**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1982.

_____. Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. **Journal of Economic Literature**. v. XXXIII, mar, p. 48-90, 1995.

NORTH, Douglass C. Institutions. **Journal of Economic Perspectives** v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter. 1991.

_____. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**. v. 84, nº 3, jun. p. 359-368, 1994.

_____. **Understanding the Process of Economic Change**. Celebrating 100 Years of Excellence Princeton University Press 1905-2005. 2005.

NORTH, WALLIS & WEINGAST. A conceptual framework for interpreting recorded human history. **NBER working paper series, nº 12795**. Cambridge, MA, 80 p. downloaded, 2006.

NORTH, Douglass, WALLIS, John Joseph & WEINGAST, Barry R. **Violence and Social orders: a conceptual framework for interpreting recorded human history**. New York, Cambridge University Press. 1.ed. 2009.

SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. (eds.). **Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, pp. 31-52. 2017.

SAMUELS, W. J.. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal of Economics**. v. 19, n. 4, p. 569-590, 1995.

SCHOTTER, Andrew. **The Economic Theory of Social Institutions**. New York: Cambridge University Press. 1981.

VEBLEN, T. B. Why is economics not an evolutionary science?, **Quarterly Journal of Economics**, vol. 12, reprinted in Veblen, T. B. (1919). 1898A.

VEBLEN, Thorstein (2017) [1898]. “Por que a Economia não é uma ciência evolucionária?” In: SALLES, A.; PESSALI, H.; FERNÁNDEZ, R. (eds.). **Economia Institucional: fundamentos teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, pp. 31-52. 2017.

_____. The instinct of workmanship and the irksomeness of labor, **American Journal of Sociology**, vol. 4, September, 1898B.

_____. **The Theory of the Leisure Class: An Economic Study in the Evolution of Institutions**. New York: Macmillan, 1899.

_____. **The Theory of Business Enterprise**, New York, Charles Scribners Sons, reprinted by Augustus Kelley Veblen, T. B. 1907. The socialist economics of Karl Marx and his followers II: the later Marxism, *Quarterly Journal of Economics*, vol. 21, no. 1, February, reprinted in Veblen (1919). 1904.

_____. **The Instinct of Workmanship, and the State of the Industrial Arts**. New York: Macmillan, 1914.

_____. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.

_____. **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times**. New York: Huebsch, 1923.

_____. **Teoria da Empresa Industrial**. Rio de Janeiro, Editora Globo, (Série Universitária), 1966.

WILLIAMSON, Oliver E. **Markets and Hierarchies: Analysis and Antitrust Implications**. New York: Free Press. 1975.

WILLIAMSON, Oliver, and WINTER, Sidney, eds. **The Nature of the Firm**. New York: Oxford University Press. 1991.

WILLIAMSON, Oliver E. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXVIII, pp. 595-613. Sept. 2000.